

**INCLUSÃO DE GARANTIA
TRANSPORTADORAS NO SISCOMEX TRÂNSITO
(IN SRF 248, de 25 de novembro de 2002)**

O transportador deve garantir as obrigações fiscais suspensas no trânsito aduaneiro, nos termos do art. 22 da IN/SRF nº 248, de 25 de novembro de 2002, seja através de seu patrimônio líquido, ou através da apresentação de garantias específicas.

A garantia para o trânsito aduaneiro pode ser feita nas modalidades abaixo, a critério do transportador e pode ser incluída na habilitação da transportadora ou a qualquer momento:

- **Depósito em dinheiro,**
- **Fiança bancária,**
- **Fiança idônea,**
- **Seguro aduaneiro em favor da União.**

A inclusão de garantia será peticionada à Unidade de jurisdição aduaneira sobre o estabelecimento matriz do transportador nacional. (para saber da jurisdição sobre o domicílio consultar o Anexo II da Portaria RFB nº 2.466, de 28 de dezembro de 2010).

IMPORTANTE

Na DELEX é criado um processo para o acompanhamento da transportadora no sistema TRÂNSITO. Todas as solicitações referentes a esse sistema são anexadas a esse processo. Dessa maneira, os procedimentos de renovação de TRTA (se o TRTA ainda estiver em vigência), as alterações de responsável e as inclusões de garantia podem ser feitas diretamente pelo sítio da RFB na internet, dentro do e-CAC. Mais informações no documento "SOLICITAÇÃO DE JUNTADA DE DOCUMENTOS PELA INTERNET" presente neste CD. Para isso, é importante a Transportadora ter o número do processo que acompanha o seu histórico na DELEX.

A partir de 21 de março de 2016, de acordo com o Art. 2º, parágrafo 3º da IN RFB Nº 1608/2016, **as pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real, presumido ou arbitrado deverão fazer a juntada de documentos a processo ou dossiê digital de atendimento no e-CAC, através do Programa Gerador de Solicitação de Juntada de Documentos (PGS)**. Assim, nesses casos não ocorrerá a recepção destes documentos na RFB. A documentação abaixo deverá ser anexada pelo interessado ao processo original da empresa, no ambiente e-CAC.

DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA

A – PETIÇÃO

(NOME DO ARQUIVO: Peticao.PDF)

1. Petição em forma livre em nome da empresa requerente, assinada por seu(s) representante(s) com poderes para tal, endereçada ao Delegado da DELEX.

Obs.: **Na petição deverão constar razão social, CNPJ, endereço, telefone e e-mail atualizados do Solicitante para contato;**

B – DOCUMENTOS DE IDENTIFICAÇÃO

(NOME DO ARQUIVO: Doc_identificacao.PDF)

2. Documento de identificação dos signatários das petições e do READ;
3. Instrumento de outorga de poderes para representação da pessoa jurídica, se algum documento for assinado por procurador;
4. Ato constitutivo da pessoa jurídica e suas alterações ou sua última consolidação e alterações, se houver;

C – DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS

(NOME DO ARQUIVO: Doc_Comprobatorios.PDF)

5. Ficha cadastral simplificada da Junta Comercial, contendo o histórico de todas as alterações dos atos constitutivos da pessoa jurídica, expedida há no máximo 90 dias;
6. Aditivo ao Termo de Responsabilidade, conforme modelo constante do anexo VIII da IN SRF nº 248/2002.
7. Caso a garantia apresentada seja a **fiança idônea**, o fiador deverá ser:
Pessoa jurídica que possua patrimônio líquido de, no mínimo, cinco vezes o valor da garantia a ser prestada ou superior a R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), ou
Pessoa física, cuja diferença positiva entre seus bens e direitos e suas dívidas e ônus reais seja, no mínimo, cinco vezes o valor da garantia a ser prestada.
Para comprovação da capacidade do fiador deverá ser apresentada cópia completa da Declaração de Imposto de Renda (PJ ou PF) do último exercício.
8. Caso seja apresentada apólice de seguro, deverá ser anexado o contrato social da seguradora para comprovação da competência do quem assina a apólice e certidão de regularidade da seguradora emitida pela SUSEP. A Apólice deverá ser feita em favor da União, da seguinte forma:
Segurado: DELEGACIA ESPECIAL DA RFB DE FISC DE COM EXTERIOR-DELEX.
Endereço: Av. Celso Garcia Nº 3580 Tatuapé
São Paulo – SP
CEP 03064-000
CNPJ: CNPJ 00.394.460/0348-01
Tomador: A EMPRESA TRANSPORTADORA.

D – READ – RECIBO DE ENTREGA DE ARQUIVOS DIGITAIS

(NOME DO ARQUIVO: Read_Assinado.PDF)

9. READ em papel. Se o READ for assinado digitalmente, também deve ser gravado como PDF no mesmo dispositivo de entrega (CD, PEN DRIVE), com o nome READ-Assinado.PDF. Caso o READ ou a procuração que dá poderes para o representante assinar o READ não estejam com reconhecimento de firma, apresentar o original ou cópia autenticada do documento de identificação do(s) respectivo(s) signatário(s), em papel, para conferência de assinatura(s).

Observações:

- Adesão ao Domicílio Tributário Eletrônico – DTE, no e-CAC (Ver item 2 no ROTEIRO E-PROCESSO – CONTRIBUINTE). Não é necessária a apresentação de comprovante da adesão, mas a falta da adesão é motivo de indeferimento do pedido;
- Qualquer documento apresentado deverá estar em conformidade com a cláusula de administração dos contratos da empresa, devendo estar assinado por quantos sócios ou procuradores forem estipulados na mencionada cláusula;
- **A não apresentação de qualquer um dos documentos acima mencionados deve ser justificada por escrito.**
- Nos casos de recurso contra decisão no processo, este deve ser apresentado em formato compatível com o processo digital, conforme as orientações presentes no “ROTEIRO E-PROCESSO – CONTRIBUINTE” constante deste CD e deverá conter, obrigatoriamente, uma petição de instrução do recurso, informando o número do processo ao qual o recurso se dirige. A partir de 21 de março de 2016, de acordo com o Art. 2º, parágrafo 3º da IN RFB Nº 1608/2016, **as pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real, presumido ou arbitrado deverão fazer a juntada de documentos a processo ou dossiê digital de atendimento no e-CAC, através do Programa Gerador de Solicitação de Juntada de Documentos (PGS).** Assim, nesses casos não ocorrerá a recepção de recursos na RFB.
- A assinatura firmada no READ é a prova de que as informações contidas nos arquivos digitais foram prestadas pelo signatário e é o ateste do contribuinte, sob as penas da lei, de que as imagens entregues sem a expressão “cópia simples” são imagens obtidas de documentos originais que estão em seu poder, ficando resguardado à RFB, a qualquer momento, o direito de solicitar os documentos originais, conforme prescrito no § 3º do artigo 1º da Portaria MF nº 527, de 9 de novembro de 2010.